

# MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

## 2º Semestre de 2010

### REFERÊNCIA: POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, este Conselho, reunido em 09/02/2011, verificou a documentação disponibilizada pela entidade para análise do resultado da política de investimentos e apresentou a seguinte manifestação:

#### 1 – Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores

Verificamos, com base na documentação suporte, que a entidade está mantendo a gestão dos recursos, em atendimento às diretrizes da política de investimentos.

##### 1.1 – Rentabilidade

Com base nos relatórios de investimentos da Funsejem, verificamos que o retorno consolidado dos investimentos financeiros do 2º semestre de 2010 foi de 8,28%.

O resultado segregado por tipo de gestão ficou da seguinte forma:

- Gestão conservadora - o retorno dos investimentos nesta gestão foi de 5,48%, o que corresponde a 97,34% do benchmark (CDI+0,75%).
- Gestão superagressiva - o retorno dos investimentos nesta gestão foi de 9,66%, o que corresponde a 103,54% do benchmark (60% IMA + 40% IBrX).

**Comentário:** A gestão conservadora da Funsejem apresentou resultado abaixo da sua meta de retorno (CDI+0,75%) e acima do CDI no 2º semestre de 2010.

A gestão agressiva da Funsejem apresentou resultado acima da sua meta de retorno (75% IMA + 25% IBrX) e da meta atuarial.

A gestão superagressiva atingiu 103% de sua meta de retorno (60% IMA + 40% IBrX) e 122% do IGP-M + 5% no semestre.

##### 1.1.1 – Enquadramento

- Renda fixa e renda variável  
Conforme demonstrado no quadro abaixo, a Funsejem respeitou todos os limites de enquadramento da política de investimentos e legislação conforme relatório de acompanhamento de gestão da consultoria Towers Watson/Netquant.

#### Renda fixa

TÍTULOS	LIMITE	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Titulos federais	100,00%	49,45%	51,67%	52,12%	52,22%	52,29%	47,18%
Outros ativos de RF	80,00%	37,18%	35,45%	33,53%	32,23%	32,92%	33,92%
FIDCs	20,00%	1,40%	1,55%	1,59%	1,44%	1,84%	1,84%
CCBs/Notas promiss.	20,00%	0,67%	0,51%	0,51%	0,49%	0,58%	0,42%
CRIs	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
CCIs	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
NCEs/CCE	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
CDCAs/CPRs/CRA/WAs	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

## Renda variável

TÍTULOS	LIMITE	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Total RV	70,00%	10,68%	10,41%	10,98%	11,12%	10,87%	11,10%
Novo Mercado	70,00%	3,29%	3,38%	3,29%	3,22%	3,06%	2,90%
Nível 2	60,00%	0,15%	0,18%	0,14%	0,16%	0,18%	0,12%
Nível 1	45,00%	4,82%	4,52%	4,74%	5,06%	5,05%	5,31%
Bovespa Mais	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Sem nível + ETFs	35,00%	2,41%	2,33%	2,81%	2,67%	2,57%	2,77%
SPEs	25,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
RV outros	3,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

### b) Investimentos no Exterior

No mês de julho, o gestor Votorantim possuía alocação em *Brazilian Depositary Receipts (BDR) da Cosan Limited*, de acordo com a política de investimentos não é permitido alocação de investimentos no exterior.

## JUSTIFICATIVA DO GESTOR: ESTE ATIVO FOI RETIRADO DO FUNDO.

### Investimentos no Exterior

TÍTULOS	LIMITE	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Total	10,00%	0,04%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Fundos de Dívida Externa	–	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Fundos de Índice do Exterior	–	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
BDRs	–	0,04%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Companhias do MERCOSUL	–	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

### c) Derivativos

Conforme demonstrado no quadro abaixo, não há desenquadramento em relação à legislação/política de investimentos.

### Derivativos

TÍTULOS	LIMITE*	JUL	LIMITE*	AGO	LIMITE*	SET
<b>Limite de atuação em mercados derivativos</b>						
15% (títulos + ações Ibovespa) depósito margem	9,96%	ND**	9,95%	ND**	9,46%	ND**
5% (títulos + ações Ibovespa) prêmios pagos	3,32%	0,23%	3,32%	0,15%	3,15%	0,20%
TÍTULOS	LIMITE*	OUT	LIMITE*	NOV	LIMITE*	DEZ
15% (títulos + ações Ibovespa) depósito margem	9,43%	ND**	9,87%	ND**	9,01%	ND**
5% (títulos + ações Ibovespa) prêmios pagos	3,14%	0,11%	3,29%	0,16%	3,00%	0,18%

\* Para o limite, são considerados os títulos da dívida pública federal, títulos de instituições financeiras e as ações pertencentes ao índice Bovespa.

\*\* ND significa que a informação da conta de margem ainda não foi disponibilizada pelos gestores.

## 1.2 – Custos da Gestão

Verificamos, com base na documentação suporte, que os custos administrativos com gestão de recursos no 2º semestre ficaram dentro do planejado e foram os seguintes:

- a) Consultorias: R\$ 76.176,53
- b) Custódia: R\$ 10.654,40
- c) Taxa de administração: não há
- d) Taxa de controladoria: R\$ 51.557,74
- e) Taxa Cetip: R\$ 3.499,22

## 1.3 – Controle de Risco

Verificamos que a entidade monitora mensalmente os riscos, com base nos relatórios apresentados pela consultoria de acompanhamento de gestão TowersWatson/Netquant.

### Gestão conservadora

O nível de risco medido pelo VaR, com limite de 0,15%, 95% de confiabilidade, no período de 1 dia ficou abaixo do risco definido na política de investimentos.

**Análise por gestor** – Entre os gestores, o Itaú apresenta o maior risco no semestre, no mês de agosto este limite foi ligeiramente ultrapassado devido a sua alta exposição em derivativos pré-fixados, porém dentro dos limites estabelecidos na política de investimentos.

### Gestão agressiva

**Renda fixa** – O nível de risco medido pelo benchmark VaR, 95% de confiabilidade, com limite de 2% ao mês, ficou abaixo do limite de risco definido na política de investimentos.

**Renda variável** – O nível de risco medido pelo benchmark VaR, 95% de confiabilidade, com limite de 9% ao mês, ficou abaixo do limite de risco definido na política de investimentos.

**Análise por gestor** – Entre os gestores, a Votorantim apresenta o maior risco no semestre, porém dentro dos limites estabelecidos na política de investimentos.

## 1.4 – Manifestação

Com base nas verificações e análises dos relatórios apresentados pela Funsejem e pela Consultoria Towers Watson/Netquant, manifestamos que a entidade está aplicando os recursos dos planos e aderência às RES/CMN nº 3792, de 28 de setembro de 2009 e RES/CGPC nº 07, de 04/12/2003, em conformidade com a política de investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo.

## REFERÊNCIA: CONTROLES INTERNOS

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, este Conselho, reunido em 09/02/2011, verificou a documentação disponibilizada para análise da aderência e eficiência dos controles internos e apresentou a seguinte manifestação:

### 1 – Segregação de Atividades e Funções

Verificamos, com base na estrutura organizacional e funcional, que as atividades e funções estão segregadas, consoante ao que estabelece o artigo 10º da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

## 2 – Calendário de Obrigações

Verificamos, com base nos controles internos, que a entidade está cumprindo o seu calendário de obrigações junto a Previc, Receita Federal, participantes, patrocinadores e Conselhos.

## 3 – Cronograma de Controles Internos

Verificamos que a entidade possui um cronograma de controles internos por trabalhos e áreas, consoante ao § 1º do artigo 23, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

## 4 – Manual de Governança

Verificamos que a entidade possui o manual de governança corporativa, em adequação à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

## 5 – Código de Ética

Verificamos que a entidade possui o código de ética adequado à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

## 6 – Controles Internos

Verificamos que a entidade possui os seguintes controles internos:

- a) Controle das contribuições;
- b) Controle dos benefícios Concedidos;
- c) Controle das contas dos Participantes;
- d) Controle das portabilidades;
- e) Controle da contabilidade por planos;
- f) Controle das premissas e hipóteses atuariais;
- g) Controle dos custos tributários;
- h) Controle das contingências judiciais.;
- i) Controle da execução orçamentária;
- j) Controle da política de investimentos;
- k) Controle dos sistemas de informações – TI.;
- l) Controle da agenda de obrigações junto a SPC/MPS, Receita Federal e Divulgações;
- m) Controle dos investimentos;

## 7 – Manifestação

Com base nas verificações e análises dos controles internos, manifestamos que a entidade está adequada ao modelo de governança proposto na Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

### REFERÊNCIA: ADERÊNCIA DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, este Conselho, reunido em 09/02/2011, verificou que as premissas e hipóteses atuariais estão em consonância com o parecer atuarial de 2009, datado em 03 de março de 2010 pela atuaria responsável Mônica Teixeira de Andrade – MIBA nº 1.117 da consultoria Towers Watson.

## REFERÊNCIA: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, este Conselho, reunido em 09/02/2011, verificou o controle orçamentário do 2º semestre de 2010 e apresentou a seguinte manifestação:

### 1 – Execução Orçamentária – Programa Previdencial

Verificamos que os recursos coletados e utilizados ficaram acima do orçado e apresentamos as seguintes considerações:

- a) **Adições** – Aumento relativo à contribuição normal com aumento da folha de salários.
- b) **Deduções** – Aumento relativo à concessão de benefícios de aposentadoria.

### Resumo Execução Orçamentária - 2010 Gestão Previdencial

DESCRIÇÃO	REALIZADO	ORÇADO	AH (%)
Adições - Contribuições	R\$ 83.462.019,33	R\$ 72.087.634,00	16%
Deduções - Benefícios	R\$ 34.430.299,64	R\$ 31.944.400,00	8%

### 2 – Execução Orçamentária – Gestão Administrativa

Verificamos que as contribuições e despesas administrativas estão em conformidade com o orçado. Houve um aumento no custeio e despesas não previstas justificadas abaixo:

### Resumo Execução Orçamentária - 2010 Gestão Administrativa

DESCRIÇÃO	REALIZADO	ORÇADO	AH (%)	OBS
Contribuição para custeio	R\$ 4.220.454,70	R\$ 3.888.657,96	9%	
Despesas	(R\$ 4.272.071,59)	(R\$ 4.172.657,88)	2%	
Contribuição Previdência Privada	(R\$ 69.409,28)	(R\$ 64.221,96)	8%	A
Despesas médicas	(R\$ 58.275,68)	(R\$ 43.200,00)	35%	B
Viagens e estadias	(R\$ 25.512,03)	(R\$ 6.000,00)	325%	C
Treinamentos e cursos	(R\$ 29.416,90)	(R\$ 24.000,00)	23%	D
Consultoria atuarial – Towers	(R\$ 150.487,43)	(R\$ 131.664,00)	14%	E
Advogados	(R\$ 24.699,57)	(R\$ 23.294,04)	6%	F
Material de escritório e consumo	(R\$ 14.830,96)	(R\$ 12.000,00)	24%	G
Cofins	(R\$ 187.035,27)	(R\$ 144.000,00)	30%	H
Encargos s/ conta corrente	(R\$ 38.497,05)	(R\$ 30.000,00)	28%	I
PIS	(R\$ 30.394,85)	(R\$ 24.000,00)	27%	J
Consultoria de investimentos – Luz	(R\$ 78.600,00)	(R\$ 62.400,00)	26%	K
Taxa de custódia	(R\$ 20.201,80)	(R\$ 15.480,00)	31%	L

## JUSTIFICATIVAS

- a) Aumento da contribuição previdenciária com admissão de novos funcionários.
- b) Aumento de assistência médica com admissão de novos funcionários e utilização.
- c) Aumento da utilização com viagens devido à adesão na Fibria/ Aracruz.
- d) Aumento em treinamentos devido a certificação.
- e) Consultoria para avaliação do plano família.
- f) Cópias de documentos para defesa de processos na procuradoria.
- g) Femag - materiais para arquivo morto.
- h) Aumento na folha de salários das patrocinadoras que é base de cálculo do imposto.
- i) Aumento de tarifa bancária com pagamento de benefícios, débito automático e bloquetes de cobrança.
- j) Aumento na folha de salários das patrocinadoras que é base de cálculo do imposto.
- k) Consultoria especial para avaliação de gestores e desenvolvimento da política de investimentos.
- l) Aumento decorrente do crescimento do patrimônio investido.

### 3 – Manifestação

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução orçamentária, em atendimento ao artigo 19º da Resolução MPS/CGPC nº 13 de 01/10/2004, manifestamos que o orçamento está sendo executado dentro dos parâmetros estabelecidos no Planejamento Orçamentário de 2010 aprovado pelo Conselho Deliberativo.

São Paulo, 09 de Fevereiro de 2011.

Conselho Fiscal da Fundação Sen. José Ermírio de Moraes

André Monteiro  
Presidente

Luiz Carlos de Jesus  
Conselheiro

Paulo Midena  
Conselheiro

Luiz Ferreira Neves  
Conselheiro eleito

Alessandro Bahia de Brito  
Suplente eleito